



RELATÓRIO

DEMANDAS INSTITUCIONAIS

CAPACITAÇÃO	OBSERVAÇÕES	QUANTIDADE DE SERVIDORES
1. Acessibilidade e Inclusão	Ações da Assessoria de Acessibilidade e Relações Institucionais (Art.23 da Resolução CNJ 401/21) e Comissão de Acessibilidade e Inclusão (Art.10. da Resolução TRE-AL 16.125/2021)	50
2 - Sustentabilidade e Gestão Ambiental - tema a ser definido pelo Núcleo Socioambiental (criado pela Portaria da Presidência nº 411/2015)	Obrigatório: Resolução CNJ nº 433/2021. Art. 6 incisos II e II. Procedimento 0001292-42.2025.6.02.8000 estabelece a participação de 25% da força de trabalho até 2026.	90
3. Capacitação dos Agentes de Segurança (30h)	Obrigatória: Lei nº 11.416/16 e Res. TSE nº 22.595/07	5
4 - Capacitação sobre telegestão, produtividade e gestão de equipes remotas	Obrigatório: IN 01/2023, art. 16	130
5 - Curso Prático de Gestão de Contratos Administrativos	Curso voltado para gestores de contratos em geral	20
6 - Sensibilização sobre situações de assédio e discriminação	Ações sobre o tema assédio e discriminação, a serem definidas pela Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual, Art.16,VII, i da Resolução CNJ 351/2020 c/c art. 4º, IV, Resolução CNJ 351/2020	100
7 - Licitações e contratos	Demandas específicas das unidades que foram agrupadas em ação institucional	25
8 - Prevenção e combate a incêndios	Preparar servidores para situações emergenciais de combate a incêndios.	15
9 - Uso da Inteligência Artificial na Justiça Eleitoral	Demandas específicas das unidades que foram agrupadas em ação institucional	50
10 - Desenvolvimento Gerencial (30h) - tema a definir	Obrigatória: Lei nº 11.416/16	126
11 - Lei Geral de Proteção de Ddados Pessoais (Lei nº 13.709/2018)	Capacitação permanente dos servidores e servidoras sobre a LGPD (Lei nº 13.709/2018)	130
12 - Linguagem Simples	Capacitar servidores e servidoras para escrever e se comunicar de forma clara,eficiente e inclusiva	20
13 - Diversidade, Equidade e Inclusão na Justiça Eleitoral	Capacitar servidores e servidoras na Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação (Resolução CNJ nº 351/2020 c/c Resolução CNJ nº 598/2024 e Procedimento 0010806-53.2024.6.02.8000)	90
14 - Utilização de Painel BI	Capacitar servidores para a utilização de Painel BI para elaboração de relatórios e extração de informações	20
15 - Planilhas Eletrônicas	Capacitar servidores para a utilização de planilhas eletrônicas	10



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-al.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1686968** e o código CRC **51FA46EA**.

0001528-91.2025.6.02.8000

1686968v16